

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	11
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	12
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
---	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	89
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	92
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	93
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	94

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.033.542
Preferenciais	0
Total	3.033.542
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	15.664.960	15.035.262	14.796.335
1.01	Ativo Circulante	3.965.082	2.983.661	1.870.310
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	824.315	847.188	590.413
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	824.315	847.188	590.413
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.744.701	1.767.186	917.993
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.744.701	1.767.186	917.993
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	2.744.701	1.767.186	917.993
1.01.03	Contas a Receber	325.913	279.920	254.701
1.01.03.01	Clientes	325.913	279.920	254.701
1.01.03.01.01	Contas a Receber	325.913	279.920	254.701
1.01.04	Estoques	9.882	7.632	13.525
1.01.04.01	Estoques	9.882	7.632	13.525
1.01.06	Tributos a Recuperar	32.835	58.436	81.065
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	32.835	58.436	81.065
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	32.835	58.436	81.065
1.01.07	Despesas Antecipadas	27.426	23.289	12.603
1.01.07.03	Adiantamentos	27.426	23.289	12.603
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10	10	10
1.01.08.03	Outros	10	10	10
1.02	Ativo Não Circulante	11.699.878	12.051.601	12.926.025
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.750.729	1.575.444	1.532.768
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	222.256	167.882	194.159
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	222.256	167.882	194.159
1.02.01.04	Contas a Receber	8.720	9.722	34.272
1.02.01.04.01	Contas a Receber	8.720	9.722	34.272
1.02.01.05	Estoques	7.189	6.781	3.854
1.02.01.05.01	Estoques	7.189	6.781	3.854
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.194.238	1.067.602	959.237

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.01.07.01	Impostos Diferidos Ativos	1.194.238	1.067.602	959.237
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	318.326	323.457	341.246
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	294.248	288.372	308.388
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	24.078	35.085	32.858
1.02.02	Investimentos	16.278	16.278	0
1.02.02.01	Participações Societárias	16.278	16.278	0
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	16.278	16.278	0
1.02.03	Imobilizado	1.811	665	1.043
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.811	665	1.043
1.02.03.01.01	Imobilizado	1.811	665	1.043
1.02.04	Intangível	9.931.060	10.459.214	11.392.214
1.02.04.01	Intangíveis	9.931.060	10.459.214	11.392.214
1.02.04.01.03	Intangível	9.931.060	10.459.214	11.392.214

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	15.664.960	15.035.262	14.796.335
2.01	Passivo Circulante	3.202.453	2.988.280	2.711.451
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	24.767	22.208	20.058
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	24.767	22.208	20.058
2.01.01.02.01	Obrigações com Empregados e Administradores	24.767	22.208	20.058
2.01.02	Fornecedores	137.423	85.865	103.551
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	137.423	85.865	103.551
2.01.02.01.01	Fornecedores	137.423	85.865	103.551
2.01.03	Obrigações Fiscais	99.971	45.025	40.528
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	85.560	33.962	31.405
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	85.560	33.962	31.405
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	14.411	11.063	9.123
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	14.411	11.063	9.123
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	695.324	725.537	533.265
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	468.405	422.942	386.297
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	468.405	422.942	386.297
2.01.04.02	Debêntures	226.919	302.595	146.968
2.01.05	Outras Obrigações	2.244.968	2.109.645	2.014.049
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	535	521	3.906
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	535	521	3.906
2.01.05.02	Outros	2.244.433	2.109.124	2.010.143
2.01.05.02.04	Concessão de Serviço Público	2.161.732	2.017.730	1.913.147
2.01.05.02.05	Receita Diferida	63.314	63.328	62.258
2.01.05.02.06	Adiantamento de Clientes	15.677	22.404	28.857
2.01.05.02.07	Outros Passivos	3.710	5.662	5.881
2.02	Passivo Não Circulante	14.892.926	15.249.231	15.313.356
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	506.898	1.130.784	1.751.599
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	506.898	947.677	1.354.784

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	506.898	947.677	1.354.784
2.02.01.02	Debêntures	0	183.107	396.815
2.02.01.02.01	Debêntures	0	183.107	396.815
2.02.02	Outras Obrigações	14.071.233	13.729.096	13.146.462
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	16.723
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	16.723
2.02.02.02	Outros	14.071.233	13.729.096	13.129.739
2.02.02.02.03	Concessão do Serviço Público	14.048.319	13.705.643	13.120.073
2.02.02.02.04	Adiantamento de Clientes	8.672	9.209	9.666
2.02.02.02.05	Outros passivos	14.242	14.244	0
2.02.04	Provisões	36.477	51.735	33.297
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	36.477	51.735	33.297
2.02.04.01.05	Provisão para obrigações legais	36.477	51.735	33.297
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	278.318	337.616	381.998
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	278.318	337.616	381.998
2.02.06.02.01	Receita Diferida	278.318	337.616	381.998
2.03	Patrimônio Líquido	-2.430.419	-3.202.249	-3.228.472
2.03.01	Capital Social Realizado	2.624.558	2.624.558	2.624.558
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.054.977	-5.826.807	-5.853.030

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.818.051	3.331.291	2.847.602
3.01.01	Receita Líquida de Serviços e Cessão de Espaço	3.779.666	3.260.905	2.808.682
3.01.02	Receita de Construção	38.385	70.386	38.920
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.962.357	-1.935.977	-1.717.575
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-1.923.972	-1.865.591	-1.678.655
3.02.02	Custo de Construção	-38.385	-70.386	-38.920
3.03	Resultado Bruto	1.855.694	1.395.314	1.130.027
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	66.111	-100.047	-17.875
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-111.817	-113.416	-142.416
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-111.817	-113.416	-142.416
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	177.928	13.369	124.541
3.04.04.01	Outras Receitas e Despesas	177.928	13.369	124.541
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.921.805	1.295.267	1.112.152
3.06	Resultado Financeiro	-1.019.876	-1.344.719	-1.394.239
3.06.01	Receitas Financeiras	534.266	285.577	342.771
3.06.01.01	Receitas Financeiras	534.266	285.577	342.771
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.554.142	-1.630.296	-1.737.010
3.06.02.01	Despesas Fiannceiras	-1.554.142	-1.630.296	-1.737.010
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	901.929	-49.452	-282.087
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-130.099	75.675	88.680
3.08.01	Corrente	-259.238	-32.690	-3.477
3.08.02	Diferido	129.139	108.365	92.157
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	771.830	26.223	-193.407
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	771.830	26.223	-193.407
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,254	0,009	-0,064
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.99.02.01	ON	0,254	0,009	-0,064

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	771.830	26.223	-193.407
4.03	Resultado Abrangente do Período	771.830	26.223	-193.407

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.359.494	2.212.114	2.055.161
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.624.718	2.312.068	1.964.956
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício antes dos Impostos	901.929	-49.452	-282.087
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	999.042	1.116.723	1.021.076
6.01.01.03	Baixa de Imobilizado e Intangível	-176	4.136	112
6.01.01.04	Provisão Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-29.420	-32.859	34.119
6.01.01.05	Provisão para Obrigações Legais	-15.258	18.438	-6.301
6.01.01.06	Apropriação de Receita Diferida	-48.959	-48.832	-47.185
6.01.01.07	Variações Monetárias e Encargos Líquidos	1.016.259	1.320.203	1.441.979
6.01.01.08	Reequilíbrio Econômico Financeiro	-199.658	-17.250	-197.771
6.01.01.09	Realização do Custo de Captação de Empréstimos/ Debêntures	959	961	1.014
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-127.185	75.183	300.420
6.01.02.01	Contas a Receber	-15.571	32.190	-11.944
6.01.02.02	Estoques	-2.658	2.966	-2.225
6.01.02.03	Outros Adiantamentos	-4.137	-10.686	-3.118
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	21.030	42.511	-13.173
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	11.007	-2.227	-4.319
6.01.02.07	Fornecedores	249	-17.696	-6.873
6.01.02.08	Partes Relacionadas	14	-20.885	-1.465
6.01.02.09	Obrigações com Empregados e Administradores	2.559	2.150	438
6.01.02.10	Impostos a Recolher	-201.789	-28.193	-39.115
6.01.02.11	Adiantamento de Clientes	-7.264	-6.910	25.462
6.01.02.12	Outras Obrigações e Contas a Pagar	-1.954	14.025	-114.313
6.01.02.13	Outorga Variável	442.324	371.033	319.587
6.01.02.14	Pagamento Outorga Variável	-371.033	-319.587	0
6.01.02.15	Receita Diferida	38	16.492	151.478
6.01.03	Outros	-138.039	-175.137	-210.215
6.01.03.01	Juros Pagos	-138.039	-175.137	-210.215

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-798.716	-649.826	11.064
6.02.01	Aplicação Financeira	-1.362.139	-1.220.357	-342.242
6.02.02	Rendimento de Aplicação Financeira Resgatada	839.826	663.391	469.461
6.02.03	Aquisição de Intangível	-274.838	-76.473	-116.155
6.02.04	Aquisição de Imobilizado	-1.565	-109	0
6.02.05	Investimento	0	-16.278	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.583.651	-1.305.513	-1.931.008
6.03.03	Pagamento de Empréstimos, financiamentos e debêntures	-693.041	-465.146	-441.133
6.03.05	Pagamento da Outorga Fixa	-890.610	-840.367	-1.489.875
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-22.873	256.775	135.217
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	847.188	590.413	455.196
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	824.315	847.188	590.413

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.624.558	0	0	-5.826.807	0	-3.202.249
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.624.558	0	0	-5.826.807	0	-3.202.249
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	771.830	0	771.830
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	771.830	0	771.830
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.624.558	0	0	-5.054.977	0	-2.430.419

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.624.558	0	0	-5.853.030	0	-3.228.472
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.624.558	0	0	-5.853.030	0	-3.228.472
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.223	0	26.223
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.223	0	26.223
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.624.558	0	0	-5.826.807	0	-3.202.249

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.624.558	0	0	-5.659.623	0	-3.035.065
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.624.558	0	0	-5.659.623	0	-3.035.065
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-193.407	0	-193.407
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-193.407	0	-193.407
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.624.558	0	0	-5.853.030	0	-3.228.472

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	4.426.675	3.875.545	3.360.615
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.339.848	3.750.521	3.218.685
7.01.02	Outras Receitas	57.407	92.165	176.049
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	29.420	32.859	-34.119
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-990.714	-877.120	-705.755
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-862.430	-712.528	-584.953
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-128.284	-164.592	-120.802
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.435.961	2.998.425	2.654.860
7.04	Retenções	-999.042	-1.116.449	-1.020.847
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-999.042	-1.116.449	-1.020.847
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.436.919	1.881.976	1.634.013
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	534.266	285.577	342.771
7.06.02	Receitas Financeiras	534.266	285.577	342.771
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.971.185	2.167.553	1.976.784
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.971.185	2.167.553	1.976.784
7.08.01	Pessoal	133.126	115.570	104.015
7.08.01.01	Remuneração Direta	89.149	75.472	68.896
7.08.01.02	Benefícios	36.442	34.565	30.025
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.535	5.533	5.094
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	536.875	408.674	345.033
7.08.02.01	Federais	413.397	300.700	250.965
7.08.02.03	Municipais	123.478	107.974	94.068
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.529.354	1.617.086	1.721.143
7.08.03.01	Juros	176.022	210.779	241.525
7.08.03.03	Outras	1.353.332	1.406.307	1.479.618
7.08.03.03.01	Atualização da Outorga	1.349.813	1.374.595	1.472.822
7.08.03.03.02	Outros	3.519	31.712	6.796
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	771.830	26.223	-193.407

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	771.830	26.223	-193.407

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2025

Relatório da Administração

GRUAIRPORT AEROPORTO
INTERNACIONAL
DE SÃO PAULO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“GRU Airport” ou “Companhia” ou “Concessionária” ou “GRU” ou “Aeroporto”) apresenta o Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras em conjunto com o relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, e o parecer do conselho fiscal referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados realizados do exercício de 2025 e todos os valores estão em milhões de reais (R\$) e em valores nominais, exceto quando indicado.

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. é uma Sociedade por Ações de capital aberto (Categoria B), constituída em 8 de maio de 2012. Com sede na Rodovia Hélio Smidt, em Guarulhos/SP, a Companhia atua como uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), tendo como objeto social a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária local.

O contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro foi assinado com o Governo Federal em 14 de junho de 2012. O vínculo possui prazo de 20 anos, iniciado em 11 de julho de 2012, com término previsto para 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 5 anos. Em dezembro de 2024 foi assinado o 11º Termo aditivo ao contrato de concessão que autorizou a extensão do contrato pelo período de 1 ano e 4 meses, passando o término da concessão a ocorrer no dia 23 de novembro de 2033.

A estrutura societária da Companhia é dividida entre o Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. – GRUPAR (51%) e a Infraero (49%). Por sua vez, a GRUPAR é composta pela Invepar, que detém 80% de participação, e pela sul-africana Airports Company South Africa (ACSA), com os 20% restantes.

Sobre os acionistas:

Invepar:¹ Holding brasileira de infraestrutura de transporte com atuação nos segmentos de aeroportos, mobilidade urbana e rodovias. Seu portfólio atual inclui o GRU Airport e duas concessões rodoviárias.

Infraero:² Empresa pública federal com mais de 50 anos de experiência, figurando entre as maiores operadoras aeroportuárias do mundo. Além de Guarulhos, mantém participação de 49% nos aeroportos de Viracopos (SP), Brasília (DF), Confins (MG) e Galeão (RJ).

ACSA:³ Referência global no setor, administra nove aeródromos na África do Sul, incluindo os hubs internacionais de Joanesburgo (O.R. Tambo), Cidade do Cabo e King Shaka.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado acionista,

O ano de 2025 consolidou-se como um período de grande relevância na trajetória da Concessionária. O exercício foi encerrado com um resultado expressivo de 47,2 milhões de passageiros movimentados, estabelecendo o maior volume registrado desde o início da concessão. Esse desempenho reflete, principalmente, o crescimento do segmento doméstico, que apresentou expansão de 9,0% em relação a 2024.

A Companhia consolidou sua posição estratégica como o maior *hub* da América Latina, liderando o tráfego de passageiros, à frente de Bogotá e da Cidade do México, que ocupam a segunda e a terceira posições, respectivamente.

O mercado de movimentação de cargas atingiu a liderança absoluta do mercado, sendo responsável por 57%⁴ das importações e exportações aéreas do país, superando o patamar de 55%⁴ registrado em 2024.

GRU também registrou o maior volume de carga de sua história, com aproximadamente 342 mil toneladas movimentadas, o que representa um crescimento de 1,3% em comparação a 2024 e reafirma a relevância estratégica do aeroporto no cenário logístico nacional consolidando-se como o maior do Brasil.

Com o objetivo de aumentar o fluxo de passageiros e aprimorar a qualidade dos serviços prestados, a Concessionária realizou diversos investimentos estratégicos, dentre os quais destacam-se: (i) o projeto do Pier T3B – Obra Civil, que contempla a construção de um novo píer no Terminal de Passageiros 3, com potencial para ampliar a capacidade operacional de voos e

¹ <https://ri.invepar.com.br/central-de-resultados/>

² <https://transparencia.infraero.gov.br/sobre-a-infraero/>

³ <https://www.airports.co.za/about-us/airports-company/company-profile>

⁴ <https://horus.labtrans.ufsc.br/gerencial/?auth=s#Movimentacao/Desempenho>

suportar o crescimento do fluxo de passageiros no aeroporto; (ii) a reforma da Ambientação Interna, com objetivo de revitalizar e modernizar o Terminal de Passageiros 2, proporcionando melhorias na experiência dos usuários; e (iii) a recuperação estrutural da Pista 10L, voltada ao aprimoramento do nível de serviço e ao fortalecimento das condições de segurança da infraestrutura aeroportuária. Em parceria com a Brookfield, a Concessionária avançou com a ampliação do Terminal de Carga (TECA), projeto que dobrará sua capacidade operacional, superando 200 mil m² de área coberta e reforçando a capacidade logística do aeroporto para atender à crescente demanda do setor.

A receita tarifária totalizou R\$ 2,3 bilhões em 2025, representando um crescimento de 15,7% em relação a 2024. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pela retomada da demanda por transporte de passageiros, pelo aumento na movimentação de aeronaves (MTA) e pela expansão no volume de cargas processadas no período.

A receita não tarifária totalizou R\$ 2,0 bilhões em 2025, representando um crescimento de 15,7% em relação a 2024. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) Duty Free, beneficiado pelo aumento de 6,9% no volume de passageiros internacionais; (ii) Salas VIP, com melhor desempenho dos *lounges* próprios e aumento no número de acessos, em linha com o crescimento do tráfego de passageiros internacional; e (iii) Hangar, cuja receita apresentou crescimento de 45,2% em relação a 2024, refletindo, principalmente, o início das operações do GAT GRU/Novo hangar da United.

A Concessionária reduziu seus Custos & Despesas Operacionais em 5,5%, principalmente pelo reconhecimento de reequilíbrios econômicos financeiros, após anuência da agência reguladora (ANAC).

Em 2025, GRU Airport registrou lucro de R\$ 771,8 milhões, e uma margem EBITDA de 77,3%, representando um expressivo crescimento em relação a 2024, com incremento de R\$ 745,6 milhões no resultado do exercício. Esse desempenho financeiro reflete, principalmente, o aumento no fluxo de passageiros, o maior volume de movimentação no terminal de cargas e a melhoria contínua da eficiência operacional.

ANÁLISE DO SETOR AEROPORTUÁRIO BRASILEIRO

Segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), foram transportados, em voos domésticos e internacionais, 132,8⁵ milhões de passageiros aéreos em 2025, um crescimento de 11,5 milhões (+9,4%) quando comparado ao ano anterior.

No segmento doméstico, foram 103,2⁵ milhões de passageiros movimentados em 2025, 8,2% acima do movimento de 2024. Já o segmento internacional, a evolução foi ainda maior, cresceu 13,9% da demanda em relação ao ano anterior, somando 29,6⁵ milhões de passageiros internacionais em 2025.

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

Desempenho Operacional	2025	2024	Var. %
N.º Total de Passageiros incluindo conexões (Milhões)	47,2	43,6	8,3%
Nº Total de Passageiros Internacionais (MM)	16,8	15,7	6,9%
Nº Total de Passageiros Domésticos (MM)	30,4	27,9	9,0%
Movimentação de Aeronaves (MTA) Total Mil	305,2	288,1	5,9%
MTA Internacional (Mil)	85,1	79,5	7,0%
MTA Doméstico (Mil)	220,1	208,6	5,5%
Volume de Cargas¹ (Mil Tons)	342,3	338,0	1,3%
Companhias Aéreas²	37	36	2,8%
Destinos³	113	112	0,9%
Vagas de Estacionamento 4	7.459	7.900	-5,6%
Estabelecimentos Comerciais 5	370	352	5,1%

¹ Volume de cargas faturadas no terminal de cargas de GRU Airport (TECA) – (desconsidera volume *courier*);
² Considera apenas as companhias aéreas que realizaram voos regulares;
³ Considera apenas destinos servidos por voos regulares de passageiros;
⁴ Incluindo vagas para motocicletas;
⁵ Não considerados ATMs, Comodato, Depósitos, Locações Temporárias, Vending Machines e Secure Bags.

TOTAL DE PASSAGEIROS

A movimentação de passageiros internacionais registrou um crescimento significativo de 6,9% em comparação com 2024. O melhor desempenho observado em 2025 em relação a 2024 é atribuído aos aumentos de frequência nos destinos Buenos Aires, Bariloche e Córdoba, operados por Gol e Latam; Lima, Orlando, Montevideu, Milão, Lisboa, Los Angeles, Roma, Johannesburgo, Barcelona e Mendoza, com a Latam; e San José, Aruba, Bogotá, Punta Cana e Medellín, com a Gol; Bogotá com a GOL, Latam e Avianca; Santiago devido a escala com a Turkish e com a Latam;

Madri com a Ibéria e Latam; Casablanca com Royal Air Maroc; Doha com Qatar. Ainda houve o lançamento de novos voos como Caracas com a Gol e retomada de Munique com Lufthansa.

O segmento doméstico registrou um crescimento de 9,0% na movimentação de passageiros em comparação com 2024. Com lançamento das rotas para Fernando de Noronha - PE, Dourados – MS, Bonito – MS e Boa Vista – RR com a Latam e Fernando de Noronha – PE com a GOL. Durante o ano, foram servidos 58 destinos domésticos regulares no Brasil, o que já é superior ao período de 2024, sendo novamente um sinal da robustez do Aeroporto e da sua função de *hub*.

⁵ <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatistic>

MOVIMENTAÇÃO DE AERONAVES

A movimentação total de aeronaves (MTA) em 2025 teve um crescimento de 5,9% em relação ao ano anterior, valor inferior ao crescimento da quantidade de movimentos de passageiros (8,3%) o que implicou em *load factors* mais elevados. A movimentação total foi impulsionada principalmente pelos voos internacionais, que registraram um crescimento de 7,0%, enquanto os voos domésticos tiveram uma elevação de 5,5% em relação ao ano de 2024.

VOLUME DE CARGAS

Em 2025, GRU Airport consolidou-se como principal terminal logístico para cargas internacionais, responsável por 57%⁶ das importações e exportações aéreas no Brasil, superando os 55%⁶ registrados em 2024. O terminal movimentou 55% de toda a carga importada e 59% das exportações. Esse aumento no *market share* destaca a consolidação do Terminal de Cargas (Teca GRU) no mercado e o crescimento da movimentação de cargas no país. Entre os produtos mais transportados estão itens do segmento Maquinário (+42%), Têxtil (+19%), Fármaco/Químico/Hospitalar (+15%) e Técnico/Eletrônico (+7%).

O ano de 2025 foi marcado pelo ápice da movimentação logística, com o atingimento do volume recorde de 167 mil toneladas em importações. Esse resultado expressivo é também fruto da implementação de ações estratégicas ao longo do ano, tais como: (i) foco na atração de cargas de segmentos estratégicos, elevando a rentabilidade das operações; (ii) reestruturação organizacional e operacional promovida ao longo do período, que contribuiu de forma decisiva para a melhoria do serviço, (iii) aumento do volume de importações e (iv) otimização dos processos.

VAGAS DE ESTACIONAMENTO

No ano de 2025, registrou-se uma média de 7.459 vagas de estacionamento disponíveis, em comparação com 7.900 vagas no ano de 2024, o que representa um decréscimo de -5,6%. Essa diminuição ocorre em função das obras do novo hotel no Terminal 3, da vedação perimetral da rodoviária localizada no Terminal 2 e da construção da praça de pick up (Terminal 2), destinada a atender a demanda de embarque e desembarque de passageiros, com faixas exclusivas para táxis, veículos particulares e aplicativos de transporte. No mês de outubro, foi inaugurado o serviço de Valet no Terminal 2, disponível para os passageiros na área de embarque, proporcionando maior comodidade aos usuários que optarem por contratar o serviço.

⁶ <https://horus.labtrans.ufsc.br/gerencial/?auth=s#Movimentacao/Desempenho>

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**RECEITAS**

Receita Operacional (R\$ MM)	2025	2024	Var.%
Receita Tarifária	2.349,4	2.030,0	15,7%
Receita Não Tarifária	1.990,4	1.720,5	15,7%
Receita Bruta Ajustada	4.339,8	3.750,5	15,7%
Dedução da Receita Bruta	-560,2	-489,6	14,4%
Receita Líquida Ajustada¹	3.779,6	3.260,9	15,9%

¹ Desconsidera receita de construção.

RECEITAS TARIFÁRIAS

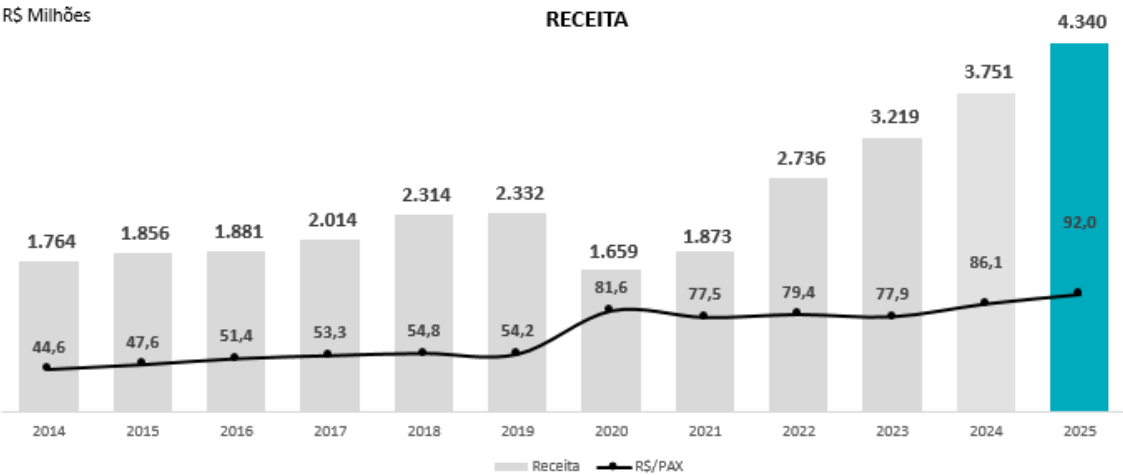
São receitas devidas pelos clientes dos serviços aeroportuários, tais como tarifas de embarque e de conexão de passageiros, bem como tarifas de pouso e permanência de aeronaves, além das tarifas vinculadas ao terminal de cargas, como armazenagem e capatazia.

A receita tarifária foi de R\$ 2,3 bilhões, 15,7% superior à registrada em 2024. Contribuíram para esse desempenho a retomada da demanda de passageiros, da movimentação de aeronaves (MTA) e do volume de cargas.

RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS

São receitas decorrentes da celebração de contratos com terceiros para a exploração de espaços no complexo aeroportuário ou receitas de serviços. Dentre elas, destacam-se as receitas de cessão de espaço para lojas e restaurantes, salas VIP, estacionamento, publicidade e serviços aos passageiros.

A receita não tarifária foi de R\$ 2 bilhões em 2025, 15,7% superior à registrada em 2024. Os principais destaques foram: (i) Duty Free, impulsionado pelo aumento de 6,9% no volume de passageiros internacionais; (ii) Salas VIP, com melhor desempenho dos *lounges* próprios e maior quantidade de acesso em virtude do crescimento de passageiros internacionais; e (iii) Hangar cuja receita apresentou crescimento de 45,2% em relação a 2024, devido principalmente ao GAT GRU/ Novo Hangar United.



CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ MM)	2025	2024	Var.%	Var.R\$
Pessoal	-154,3	-133,7	15,4%	-20,6
Conservação & Manutenção	-118,4	-112,8	5,0%	-5,6
Operacionais	-349,7	-254,9	37,2%	-94,8
Despesas Administrativas ¹	198,6	17,1	1064,8%	181,5
Custos & Despesas Operacionais Ajustados ² Pré Outorga Variável	-423,8	-484,3	-12,5%	60,5
Outorga Variável	-435,0	-364,9	19,2%	-70,1
Custos & Despesas Operacionais Ajustados ²	-858,8	-849,2	1,1%	-9,6
Depreciação & Amortização	-999,0	-1.116,4	-10,5%	117,4
Custos & Despesas Operacionais	-1.857,8	-1.965,6	-5,5%	107,8

¹ Considera reembolso de condomínio, PECLD, outras despesas administrativas e reequilíbrios;
² Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao custo de construção, depreciação e amortização;

CUSTOS COM PESSOAL

Os custos com pessoal aumentaram cerca de R\$ 21 milhões, representando um crescimento de 15,4%. Esse aumento deve-se a um incremento no número de funcionários, adequando à maior demanda aeroportuária visando a melhoria operacional e nível de serviço da Concessionária e ainda, em 2025, houve reajuste nos custos de assistência médica.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Os custos de conservação e manutenção tiveram um acréscimo de 5%, principalmente em razão de custo para a melhoria no nível de serviços de conservação e limpeza, maior demanda por materiais de manutenção e materiais e insumos descartáveis, além de manutenções de equipamentos e reforma de carrinhos de bagagem.

CUSTOS OPERACIONAIS

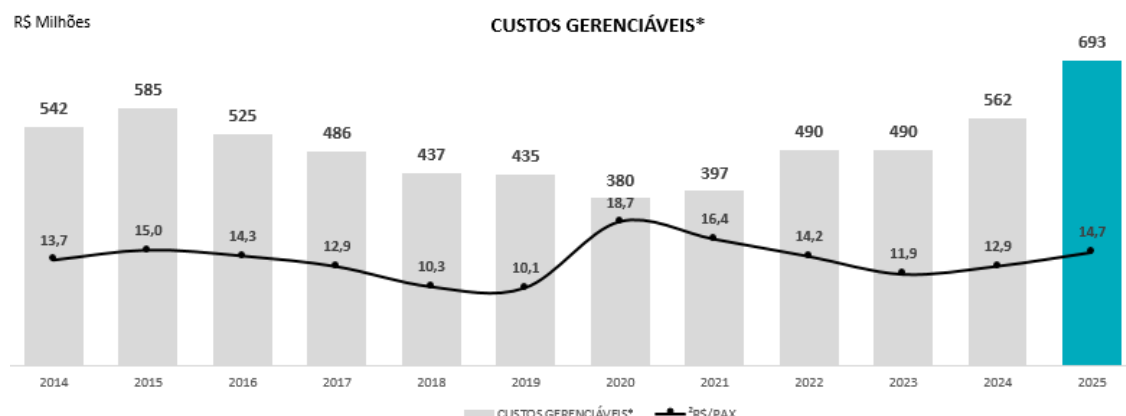
Os custos operacionais também cresceram 37,2%, totalizando um incremento de R\$ 94,8 milhões, impulsionados pelo aumento na demanda, principalmente pela contratação para atendimento ao controle migratório, movimentação de cargas, transportes de passageiros e inspeção de bagagens.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas apresentaram uma variação positiva de R\$ 181,6 milhões, principalmente em função dos efeitos dos reequilíbrios econômico-financeiros relacionados à capatazia de carga tabela 11 e ao controle migratório, além da reversão de contingência relativa ao processo que discutia a incidência do ICMS sobre os encargos setoriais de transmissão e distribuição de energia elétrica (TUST/TUSD).

OUTORGA VARIÁVEL

A rubrica de outorga variável apresenta um aumento de R\$ 70,1 milhões em relação a 2024, refletindo diretamente o desempenho positivo das receitas do exercício. Por estar vinculada a receita bruta, o crescimento observado decorre de um ano de forte geração de receita, que inclusive resultou na incidência de um adicional de 15%, aplicado em função do elevado patamar de faturamento alcançado.

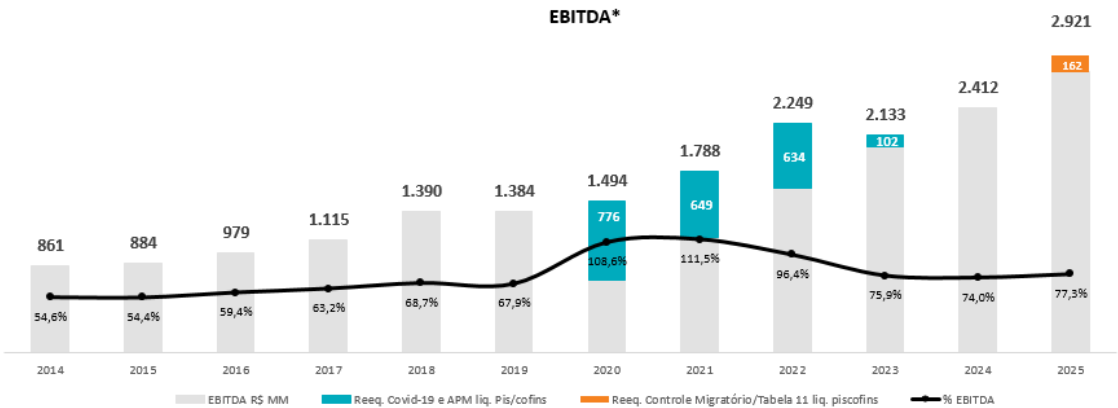


*Desconsidera PECLD, Contingências, Outras Receitas/Despesas, Reembolso de Condomínio e Outorga Variável.

EBITDA E MARGEM EBITDA

Ebitda e Margem Ebitda (R\$ MM)	2025	2024	Var.%	Var.R\$
EBIT ³	1.921,8	1.295,3	48,4%	626,5
(+) Depreciação & Amortização	999,0	1.116,4	-10,5%	-117,4
EBITDA ¹	2.920,8	2.411,7	21,1%	509,1
(+) Ajustes	0,0	0,0	0,0%	0,0
(-) Receita de Construção (IFRS)	-38,4	-70,4	-45,5%	32,0
(+) Custo de Construção (IFRS)	38,4	70,4	-45,5%	-32,0
EBITDA Ajustado ²	2.920,8	2.411,7	21,1%	509,1
Receita Líquida Ajustada	3.779,6	3.260,9	15,9%	518,7
Margem EBITDA (%)	77,3%	74,0%	3.3 p.p	

¹ Resolução CVM Nº156/22;
² Desconsidera os impactos do IFRS em relação a receita e custo de construção.
³ Considera reequilíbrios econômico-financeiros.



*Ajustado: considera o valor dos reequilíbrios econômico-financeiros líquidos de Pis e Cofins.

RESULTADO LÍQUIDO

Resultado Líquido (R\$ MM)	2025	2024	Var.%
Resultado antes dos impostos	901,9	-49,5	-1922,1%
Imposto de renda e contribuição social	-130,1	75,7	-271,9%
Lucro líquido do exercício	771,8	26,2	2843,3%

Em 2025, o lucro líquido do exercício foi de R\$ 771,8 milhões, R\$ 745,6 milhões superior ao registrado no ano anterior. Esse resultado reflete a melhor performance operacional, impulsionada principalmente pelo aumento de passageiros, movimentação de aeronaves e volume de cargas.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ MM) ¹	2025	2024	Var. %
Investimento Total	132,6	169,2	-21,6%
Intangível (Bruto)	183,9	179,3	2,6%
Software e Outros	0,2	2,2	-90,7%
Direito de Concessão (Investimentos)	38,2	66,4	-42,4%
Outorga Fixa - Concessão	145,5	110,8	31,4%
(-) Transação não caixa	51,3	10,1	409,6%

¹ Movimentações do período. Não considera depreciação e amortização.

Os investimentos realizados em 2025 apresentaram uma variação de -21,6% em relação ao ano de 2024, equivalente a uma redução de R\$ 36,6 milhões, em função do maior avanço físico dos projetos, uma vez que, em 2024, houve maior desembolso de caixa quando comparado ao exercício atual.

Em 2025 destacaram-se os seguintes projetos: o projeto Pier T3B – Obra Civil, que contempla a construção de um novo Pier no Terminal de Passageiros 3, com potencial de ampliação da capacidade de voos e incremento do fluxo de passageiros no aeroporto; a reforma da Ambientação Interna, com objetivo de revitalizar e modernizar o Terminal de Passageiros 2; e a recuperação estrutural da Pista 10L, voltada à melhoria do nível de serviço e da segurança da infraestrutura aeroportuária. Além disso, a linha da Outorga Fixa - Concessão apresentou aumento de 31,4%, em decorrência da atualização monetária e capitalização nos períodos.

ESTRUTURA FINANCEIRA

Disponibilidade e Endividamento (R\$ MM)	2025	2024	Var. %	Var. R\$
Dívida Bruta	1.202,2	1.856,3	-35,2%	-654,1
Empréstimos e Financiamentos	975,3	1.370,6	-28,8%	-395,3
Debêntures	226,9	485,7	-53,3%	-258,8
Disponibilidades	3.791,3	2.782,3	36,3%	1.009,0
Caixa e equivalentes de caixa	824,3	847,2	-2,7%	-22,9
Aplicações Financeiras	2.967,0	1.935,1	53,3%	1.031,9
Dívida Líquida	-2.589,1	-925,9	179,6%	-1.663,2

A Concessionária apresentou uma redução no total da dívida bruta no montante de R\$ 654,1 milhões, equivalente a -35,2% comparado a 2024. Embora a Companhia tenha mantido sua estrutura de endividamento baseada em financiamentos de longo prazo contratados junto ao BNDES e a bancos repassadores (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Itaú), o

decréscimo decorre principalmente da liquidação da primeira emissão de debêntures, ocorrida em dezembro de 2025, bem como do pagamento de financiamentos de longo prazo.

A variação apresentada na rubrica de caixa e equivalente de caixa é reflexo principalmente das atividades de investimentos e liquidação dos financiamentos.

Em 17 de dezembro de 2024, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) o 11º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que prevê a extensão do prazo da concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos, estabelecendo a reprogramação do pagamento de 50% da outorga fixa do ano de 2024 e 62,67% do ano de 2025, que contribuiu para uma variação positiva de R\$ 1 bilhão no saldo das aplicações financeiras.

PRÊMIOS, RECONHECIMENTOS E CERTIFICAÇÕES

Em 2025, o GRU Airport registrou importantes conquistas:

ISO9001:

Manutenção da certificação ISO 9001:2015 para o escopo de manutenção da pavimentação de pátio e pista, e manutenção dos equipamentos do sistema de combate a incêndio dos prédios Terminal 1, Terminal 2, Terminal 3, Terminal de Carga (Teca), Edifício Garagem (EDG) e Seção Contra incêndio de Aeródromo (SCI) sob responsabilidade direta de GRU Airport.

Associação Pharma Aero:

O GRU Airport é associado ao Pharma Aero, o que gera uma série de oportunidades para expandir sua rede, defender projetos, compartilhar informações, construir alianças e criar redes logísticas integradas.

29º Prêmio Qualidade - Sindusfarma:

Conquistou a 1ª colocação na categoria de armazenagem de medicamentos em recintos alfandegados de zonas primária, secundária e aeroportos, no 29º Prêmio Sindusfarma de Qualidade, sendo campeão pela segunda vez consecutiva.

O segmento farmacêutico é um dos pilares do negócio de cargas do GRU Airport e um dos que melhor reflete a sua determinação na busca pela excelência operacional. O resultado é reflexo dos investimentos da Concessionária em infraestrutura especializada e, sobretudo, na estruturação e implementação de processos de gestão e garantia de qualidade.

CEIV Pharma

Obteve a certificação CEIV Pharma para medicamentos e insumos em temperatura controlada que são recebidos, armazenados e expedidos no Terminal de Cargas. Desde 2019 mantemos vigente a certificação com compromisso de melhoria contínua nos processos para atendimento aos requisitos mandatórios e fidelização dos clientes.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Desempenho Ambiental

O GRU Airport assegura a conformidade ambiental de todas as operações aeroportuárias por meio da gestão estratégica de resíduos, controle do risco de fauna e mitigação de impactos, protegendo o ecossistema e a saúde pública, garantindo o cumprimento rigoroso da legislação. Além disso, atua como braço estratégico no relacionamento com órgãos reguladores, no suporte a auditorias e na supervisão de fornecedores, promovendo a melhoria contínua e a inovação na gestão ambiental do maior aeroporto do país.

Gerenciamento do Risco de Fauna

A presença de fauna em áreas operacionais representa um risco significativo para as movimentações aéreas, demandando ações contínuas de monitoramento, prevenção e mitigação. Uma gestão eficiente permite a identificação proativa de fatores atrativos, a redução substancial da probabilidade de incidentes e a conciliação das atividades operacionais com a conservação da fauna, em total conformidade com a legislação ambiental e as boas práticas de mercado.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Em 2025, o GRU Airport atingiu a marca histórica de 100% de reciclagem de todos os resíduos reaproveitáveis gerados em suas operações. Ao impulsionar a economia circular, a Concessionária reafirma seu compromisso com a preservação ambiental e a construção de um legado sustentável para as próximas gerações.

Com foco em conscientização e engajamento, a 4ª Semana do Meio Ambiente do GRU Airport encerrou com saldo positivo. Além da programação de palestras, treinamentos e visitas técnicas, a 2ª edição da Gincana das Tampinhas mobilizou 14 equipes na coleta de 555 kg de recicláveis (alumínio e plástico). A iniciativa teve fins beneficentes: o material foi destinado a uma ONG, que utilizou os recursos para financiar a castração de animais em situação de risco.

Responsabilidade Social

O GRU Airport atua ativamente no fomento à sustentabilidade e no desenvolvimento socioeconômico do seu entorno, com um olhar voltado para a geração de impacto positivo. Como forma de contribuir para o desenvolvimento social das famílias que residem nas comunidades do entorno, foram organizadas, ao longo do ano, ações sociais que promoveram palestras com temas relevantes para o público-alvo, como prevenção do câncer de mama e prevenção do câncer de próstata.

Além disso, foi realizada uma campanha para orientar e sensibilizar passageiros e a comunidade aeroportuária sobre a violação dos direitos à vida, destacando a importância do combate à exploração do trabalho infantil. No saguão do aeroporto, aconteceram apresentações culturais, incluindo a participação da Orquestra Jovem de Guarulhos e uma performance de balé pelo Instituto Coliseu Boxe Center.

Ações realizadas em 2025:

- Ação social de entrega de ovos de páscoa para crianças da comunidade Malvinas; Jardim das Nações e do Projeto Lírio;
- Campanha de Saúde e bem-estar, com palestras sobre saúde mental e qualidade de vida;
- Ação social com palestra sobre segurança de voo na comunidade Jardim das Nações;
- Campanha social do dia mundial ao combate do trabalho infantil;
- Campanha do agasalho em parceria com a Cruz Vermelha de São Paulo;
- Ação social de dia das crianças;
- Ação social do Outubro Rosa;
- Campanha social de Novembro Azul;
- Ação social com a exposição mostra do feminicídio, prevenção a violência e feminicídio;
- Ação social Cantata de natal.

PATROCÍNIO AO ESPORTE E A CULTURA**Patrocínio Via Lei de Incentivo à Cultura**

Em dezembro de 2025 o GRU Airport patrocinou três projetos sociais por meio da Lei de Incentivo à Cultura, com execução prevista para 2026.

Os projetos incluem: (i) o Programa de Inovação e Empreendedorismo, voltado a jovens da rede pública, com foco em inovação, tecnologia e metodologias ágeis; (ii) o projeto Culinária Sustentável, que oferece oficinas práticas para a comunidade com foco em gastronomia sustentável, reaproveitamento de alimentos e empreendedorismo e (iii) o Ecoarte – Contêiner Itinerante, uma unidade móvel que percorre escolas e comunidades oferecendo oficinas e experiências ligadas às profissões do futuro, à tecnologia, à inteligência artificial e ao mercado de trabalho, ampliando o acesso a temas estratégicos para o desenvolvimento social e econômico.

Patrocínio Via Lei de Incentivo ao Esporte

No exercício de 2025, o GRU Airport reafirmou sua posição como hub de inovação ao tornar-se o Aeroporto Oficial do São Paulo E-Prix (Fórmula E). Esta parceria inédita incluiu uma ativação promocional exclusiva com o carro GEN3 Evo em nossas pistas, gerando ampla cobertura midiática e reforçando nossa estratégia de marketing institucional. A iniciativa integra nosso compromisso com a excelência operacional e a promoção de tecnologias sustentáveis, elevando a percepção de valor da marca perante os mais de 47 milhões de passageiros anuais.

DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Reforçando seu compromisso com o desenvolvimento contínuo dos colaboradores internos e da comunidade aeroportuária, o GRU AIRPORT investe em práticas de Recursos Humanos com ações direcionadas à atração, ao desenvolvimento, ao reconhecimento e à retenção talentos essenciais à estratégia da Companhia. Além de focar na performance e capacitação, a empresa busca a melhoria contínua do ambiente de trabalho.

Em 2025, esse compromisso com a capacitação gerou resultados significativos: 6.149 colaboradores foram treinados nas modalidades online e presencial, e 59.447 pessoas da comunidade aeroportuária participaram de sessões de treinamento, totalizando 24.249 horas de capacitação.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

O Programa de Integridade do GRU Airport compreende o conjunto de práticas, políticas, normas, procedimentos, comunicações e treinamentos, estabelecidos com o objetivo de prevenir, detectar e tratar desvios de ética e conduta.

A gestão do Programa é realizada por uma área independente, dedicada aos temas de Compliance, não subordinada a outro departamento da Companhia, reportando-se diretamente ao Presidente.

A área de Compliance e Riscos atua de forma autônoma e imparcial na investigação e apuração de eventuais violações éticas ou legais ao Código de Ética e Conduta. Também é responsável pela coordenação das reuniões do Comitê de Ética, pela apresentação dos resultados das apurações e pelo monitoramento das tratativas definidas após as deliberações do Comitê.

O Comitê de Ética é um colegiado independente e imparcial, composto por gestores das áreas de Compliance e Riscos, Recursos Humanos e Jurídico, nomeados pela alta direção. Compete a esse Comitê a implementação, manutenção, interpretação, revisão e atualização do Código de Ética e Conduta, bem como a deliberação sobre os casos de descumprimento.

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA E CANAL DE DENÚNCIA

O Código de Ética e Conduta tem como objetivo estabelecer o padrão de comportamento e os valores do GRU Airport. Ele é amplamente divulgado entre todos os colaboradores e parceiros de negócio, com o propósito de assegurar que as pessoas e equipes atuem em conformidade com os princípios éticos e morais praticados pela Companhia, pautando suas condutas pela honestidade, comprometimento, responsabilidade e respeito.

Elaboradas com base nas melhores práticas de governança corporativa, as diretrizes do Programa de integridade, previstas neste Código de Ética e Conduta e em suas políticas correlatas, são deliberadas pelo Conselho de Administração.

O Código encontra-se disponível de forma pública em nosso site Institucional, contribuindo para o fortalecimento da cultura ética e a disseminação dos valores da empresa em toda a sua atuação.

Todos os colaboradores participam de treinamento específico do Código de Ética e Conduta, ministrado pela área de Compliance, no qual são capacitados e orientados quanto à aplicação prática do Código em suas atividades cotidianas.

Além disso, o GRU conta com um canal dedicado para denúncias relacionadas às violações do Código de Ética e Conduta, operado de maneira independente por uma empresa terceira, oferecendo ao denunciante a opção de permanecer anônimo.

GESTÃO DE RISCOS

Dentre as atividades da área de Compliance, encontra-se a Gestão de Riscos, cujo objetivo é identificar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar os riscos Corporativos de forma adequada, além de estar integrado com as estratégias de negócio e investimentos da Companhia.

A Gestão de Riscos Corporativos é conduzida por meio de Comitês semestrais, com a participação da Diretoria Executiva, responsável por definir a estratégia para atendimento dos objetivos de negócio, aprovar e monitorar os resultados da Gestão de Riscos, avaliar a eficácia das estratégias de tratamento adotadas e orientar a Companhia quanto ao fortalecimento da cultura de Gestão de Riscos.

RELACIONAMENTO COM TERCEIROS E AGENTES PÚBLICOS

Os normativos da área de Compliance foram elaborados para promover o profissionalismo, transparência e ética nas relações com terceiros e agentes públicos. As contratações são submetidas a avaliações prévias baseadas em procedimento de verificação de idoneidade, análise de riscos, mapeamento de potenciais conflitos de interesses e monitoramento, que suportam a tomada de decisão.

REPORTES E ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

O acompanhamento do Programa de Integridade é realizado por meio de reportes periódicos ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

COMPROMISSO ÉTICO E PARTICIPAÇÃO PROATIVA

Reconhecida por seu compromisso com práticas éticas nos negócios embasados em seu Programa de Integridade, o GRU Airport não apenas adota uma postura proativa no combate à corrupção, mas também se integra a iniciativas coletivas para aprimorar o ambiente empresarial, com destaque para:

- Selo Pró-Ética 2022-2023 concedido à GRU Airport como pioneira no cenário aeroportuário brasileiro, como reconhecimento da Controladoria-Geral da União - (CGU) pelo comprometimento com as mais elevadas práticas éticas nos negócios;
- Aderência ao Pacto Brasil pela Integridade, iniciativa que orienta as empresas a adotarem práticas éticas e de conformidade, assegurando que suas operações estejam em harmonia com os princípios legais e morais promovidos pela Controladoria-Geral da União - (CGU);
- Aderência ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, juntando-se a outras mais de 400 empresas que têm por objetivo a promoção de um mercado mais íntegro e ético e divulgam essa atitude entre seus públicos de interesse;
- Signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa voluntária que visa inspirar e envolver empresas e organizações na adoção de práticas sustentáveis e socialmente responsáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O GRU Airport apresenta as Demonstrações Financeiras do ano de 2025, de acordo com as normas internacionais de contabilidade e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis às operações da Companhia.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162/22, o GRU Airport celebrou contrato com a Mazars Auditores Independentes em 2021 como auditor externo e mantém o contrato ativo para o exercício de 2025.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo nº 27 da Resolução CVM nº 80/22, de 29 de março de 2022, a Diretoria do GRU Airport declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório da Mazars Auditores Independentes, com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

GRUAIRPORT AEROPORTO
INTERNACIONAL
DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Notas Explicativas



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	15
1. Informações gerais	15
2. Principais políticas contábeis	16
3. Contrato de concessão	25
4. Caixa e equivalentes de caixa	27
5. Aplicações financeiras vinculadas	27
6. Contas a receber	28
7. Impostos, taxas e contribuições	29
8. Partes relacionadas	31
9. Intangível	33
10. Empréstimos e financiamentos	35
11. Debêntures	37
12. Concessão de serviço público	40
13. Provisão para obrigações legais	45
14. Receita diferida	47
15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	48
16. Receita operacional líquida	48
17. Custos e despesas	49
18. Resultado financeiro líquido	49
19. Informações por segmento	50
20. Plano de benefício de aposentadoria	50
21. Seguros	50
22. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros	51
23. Transação não caixa	55
24. Resultado por ação	55

Notas Explicativas



Forvis Mazars Auditores Independentes
Av. Trindade, 254 -Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
Guarulhos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, conforme aplicável a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria ("PAAs")

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa 9 – "Intangível", a Companhia possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 9.931.060 mil (R\$ 10.459.214 mil em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, a

Notas Explicativas



Forvis Mazars Auditores Independentes
Av. Trindade, 254 -Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a administração realizou novo teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível com premissas atualizadas de 2025.

Esse tema foi considerado novamente como uma área crítica em nossa abordagem de auditoria durante 2025, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que fogem ao controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: (i) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo elaborado pela administração e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis; (ii) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral. Avaliamos também as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido e (iii) avaliamos o risco associado aos fluxos de caixa e seu impacto na taxa de desconto, analisando a razoabilidade das taxas aplicadas ao modelo preparado pela Companhia, incluindo a consistência matemática e a adequação das premissas utilizadas no seu cálculo.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um cenário menos favorável.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa 7 – “Impostos, taxas e contribuições” subitem (b), em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 1.414.017 mil (R\$ 1.368.770 mil em 31 de dezembro de 2024), provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudos realizados de projeção de geração de lucros tributáveis futuros.

Esse tema foi novamente considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria de 2025, devido à subjetividade e julgamento envolvidos na elaboração da estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, que consideram projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Notas Explicativas



Forvis Mazars Auditores Independentes
Av. Trindade, 254 -Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a suficiência da projeção de geração de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e bases negativas poderiam ser utilizados, incluindo as projeções operacionais, financeiras, dados macroeconômicos, do setor e de participantes de mercado, e efetuamos análise de sensibilidade das premissas mais significativas utilizadas. Envolvermos também os nossos especialistas em tributos para validação da razoabilidade da base de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e avaliação quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos das diferenças temporárias.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação do valor dos saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Notas Explicativas



Forvis Mazars Auditores Independentes
Av. Trindade, 254 - Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem

Notas Explicativas

**forvis
mazars**

Forvis Mazars Auditores Independentes
Av. Trindade, 254 -Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda.
CRC 2 SP023701/O-8

Assinado por:

Franciane Heloise Moraes Messias

Franciane Heloise Moraes Messias
Contadora CRC 1SP262973/O-6

Assinado por:

Guilherme Márcio Santos Veloso

Guilherme Márcio Santos Veloso
Contador CRC 1MG111976/O

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	824.315	847.188
Aplicações financeiras vinculadas	5	2.744.701	1.767.186
Contas a receber	6	325.913	279.920
Estoques		9.882	7.632
Impostos a recuperar	7a	32.835	58.436
Partes relacionadas	8	10	10
Adiantamentos		27.426	23.289
		3.965.082	2.983.661
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	5	222.256	167.882
Contas a receber	6	8.720	9.722
Impostos diferidos ativos	7b	1.194.238	1.067.602
Estoques		7.189	6.781
Impostos a recuperar	7a	294.248	288.372
Depósitos judiciais	13	24.078	35.085
Investimentos		16.278	16.278
Imobilizado		1.811	665
Intangível	9	9.931.060	10.459.214
		11.699.878	12.051.601
TOTAL DO ATIVO		15.664.960	15.035.262

Notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		137.423	85.865
Empréstimos e financiamentos	10	468.405	422.942
Debêntures	11	226.919	302.595
Impostos a recolher	7d	99.971	45.025
Obrigações com empregados e administradores		24.767	22.208
Concessão de serviço público	12	2.161.732	2.017.730
Partes relacionadas	8	535	521
Receita diferida	14	63.314	63.328
Adiantamento de clientes		15.677	22.404
Outros passivos		3.710	5.662
		3.202.453	2.988.280
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	506.898	947.677
Debêntures	11	-	183.107
Concessão de serviço público	12	14.048.319	13.705.643
Provisão para obrigações legais	13	36.477	51.735
Receita diferida	14	278.318	337.616
Adiantamento de clientes		8.672	9.209
Outros passivos		14.242	14.244
		14.892.926	15.249.231
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	15	2.624.558	2.624.558
Prejuízo acumulado		(5.826.807)	(5.853.030)
Resultado do exercício		771.830	26.223
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(2.430.419)	(3.202.249)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		15.664.960	15.035.262

Notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 31 DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de serviços tarifários e não tarifários		3.779.666	3.260.905
Receita de construção		38.385	70.386
Receita operacional líquida	16	3.818.051	3.331.291
Custo dos serviços prestados	17	(1.923.972)	(1.865.591)
Custo de construção	17	(38.385)	(70.386)
Lucro bruto		1.855.694	1.395.314
Despesas gerais e administrativas	17	(111.817)	(113.416)
Outras receitas e despesas	17	177.928	13.369
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		1.921.805	1.295.267
Receitas financeiras	18	534.266	285.577
Despesas financeiras	18	(1.554.142)	(1.630.296)
Resultado antes dos impostos		901.929	(49.452)
Imposto de renda e contribuição social	7c	(130.099)	75.675
Corrente		(259.238)	(32.690)
Diferido		129.139	108.365
Lucro líquido do exercício		771.830	26.223
Lucro líquido por ação (em reais)	24	0,254	0,009

Notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais)	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	771.830	26.223
Total do resultado abrangente do exercício	771.830	26.223

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	2.624.558	(5.853.030)	(3.228.472)
Lucro Líquido do exercício	-	26.223	26.223
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	2.624.558	(5.826.807)	(3.202.249)

(Valores expressos em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	2.624.558	(5.826.807)	(3.202.249)
Lucro Líquido do exercício	-	771.830	771.830
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	2.624.558	(5.054.977)	(2.430.419)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/Prejuízo do exercício antes dos impostos		901.929	(49.452)
Depreciação e amortização		999.042	1.116.723
Baixa de imobilizado e intangível		(176)	4.136
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6/17	(29.420)	(32.859)
Provisão para obrigações legais	13	(15.258)	18.438
Apropriação de receita diferida	14	(48.959)	(48.832)
Variações monetárias e encargos, líquidas		1.016.259	1.320.203
Reequilíbrio econômico financeiro	12/14	(199.658)	(17.250)
Realização do custo de captação de debêntures	11	959	961
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber	6	(15.571)	32.190
Estoques		(2.658)	2.966
Outros adiantamentos		(4.137)	(10.686)
Impostos a recuperar		21.030	42.511
Depósitos judiciais	13e	11.007	(2.227)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		249	(17.696)
Partes relacionadas		14	(20.885)
Obrigações com empregados e administradores		2.559	2.150
Impostos a recolher		(201.789)	(28.193)
Adiantamento de clientes		(7.264)	(6.910)
Outras obrigações e contas a pagar		(1.954)	14.025
Outorga variável	12	442.324	371.033
Pagamento outorga variável	12	(371.033)	(319.587)
Receita diferida	14	38	16.492
Juros pagos	10/11	(138.039)	(175.137)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.359.494	2.212.114
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(1.362.139)	(1.220.357)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		839.826	663.391
Aquisição de investimento		-	(16.278)
Aquisição de intangível		(274.838)	(76.473)
Aquisição de imobilizado		(1.565)	(109)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(798.716)	(649.826)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	10/11	(693.041)	(465.146)
Pagamento da outorga fixa	12	(890.610)	(840.367)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(1.583.651)	(1.305.513)
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa		(22.873)	256.775
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		847.188	590.413
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		824.315	847.188
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa		(22.873)	256.775

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		4.426.675	3.875.545
Receita operacional bruta tarifária e não tarifária	16	4.339.848	3.750.521
Outras receitas		57.407	92.165
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6/17	29.420	32.859
Insumos adquiridos de terceiros		(990.714)	(877.120)
Custos dos serviços prestados		(862.430)	(712.528)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(128.284)	(164.592)
Valor adicionado bruto		3.435.961	2.998.425
Retenções			
Depreciação e amortização	17	(999.042)	(1.116.449)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		2.436.919	1.881.976
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	18	534.266	285.577
Valor adicionado total a distribuir		2.971.185	2.167.553
Distribuição do valor adicionado		2.971.185	2.167.553
Pessoal e encargos		133.126	115.570
Remuneração direta		89.149	75.472
Benefícios		36.442	34.565
FGTS		7.535	5.533
Impostos, taxas e contribuições		536.875	408.674
Federais		413.397	300.700
Municipais		123.478	107.974
Remuneração do capital de terceiros		1.529.354	1.617.086
Juros	18	176.022	210.779
Atualização outorga	18	1.349.813	1.374.595
Outros		3.519	31.712
Remuneração de capital próprio		771.830	26.223
Lucro líquido do exercício		771.830	26.223

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Concessionária", "Companhia", "Aeroporto" ou "GRU Airport") é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. Grupar ("Grupar"), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) com 49%, constituída em 08 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria "B" e tem como principal objeto social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 11 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 05 anos. Em dezembro de 2024 foi assinado o 11º Termo aditivo ao contrato de concessão que autorizou a extensão do contrato pelo período de 1 ano e quatro meses, passando o término da concessão a ocorrer no dia 23 de novembro de 2033. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Concessionária apresentou lucro no montante de R\$ 771.830 (lucro de R\$ 26.223 no período findo em 31 de dezembro de 2024), e em 31 de dezembro de 2025, apresentou um capital circulante líquido positivo de R\$ 762.629 (R\$ 4.619 negativo em 31 de dezembro de 2024) e patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 2.430.419 (R\$ 3.202.249 em 31 de dezembro de 2024). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo e patrimônio líquido (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Concessionária gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Pelos próximos 7 anos e 11 meses, a Concessionária realizará investimentos de acordo com a fase II do Plano de Exploração Aeroportuária (PEA), para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras da Concessionária estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07(R1), que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Concessionária leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, como uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da Concessionária. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, conforme descrito na nota explicativa nº 22.

2.3 Apresentação das demonstrações financeiras

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela

Notas Explicativas



Concessionária.

A Administração da Concessionária, autorizou em 20 de março de 2026, a emissão destas demonstrações financeiras.

2.4 Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação de serviço, especificada no contrato acordado com o cliente.

A Concessionária reconhece a contraprestação de serviço no momento em que transfere ao cliente o controle sobre o serviço.

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no contrato de concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária pode explorar outras atividades econômicas, para obter receitas acessórias como cessão de espaços, estacionamentos, publicidade e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas. A receita de serviços não tarifários é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida quando os serviços de ampliação/melhoria da infraestrutura são finalizados e entram em operação.

A margem de construção é calculada a valor zero, os valores contratados de terceiros para os serviços de construção estão considerados a valor justo.

2.5 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não

Notas Explicativas



monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A moeda funcional da Concessionária é o real (R\$).

2.6 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária.

Esses investimentos são avaliados ao valor justo por meio do resultado, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

Os equivalentes de caixa são representados por recursos não vinculados/restritos que são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.7 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Concessionária.

A perda estimada de liquidação duvidosa é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para as contas a receber e é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso há mais de 30 dias e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as perdas esperadas na realização dos créditos, levando em consideração a classificação do cliente de acordo com seu nível de risco, o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com contas a receber.

Em cada data de balanço, a Concessionária avalia se as contas a receber estão com problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Concessionária em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

2.8 Estoques

Os estoques se referem a itens comuns, essenciais e vitais a operação e são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicável. Os estoques cuja expectativa de utilização ocorra após 12 meses ou mais da data das demonstrações financeiras, são apresentados no ativo não circulante.

2.9 Intangível

Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente, os investimentos para a concessão e os direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição.

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados ao custo da construção e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise. Os ativos intangíveis relacionados aos direitos de concessão são amortizados ao longo do prazo da concessão pela curva de benefício econômico, tendo sido adotada a curva de passageiros (PAX) estimada como base para a amortização.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10 Benefícios a empregados

A Concessionária concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev), com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero. Para os empregados admitidos pela Concessionária o plano de previdência privada oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL.

Um passivo de benefícios aos empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

2.11 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação

Notas Explicativas



em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

2.12 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.13 Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas		
		Receitas tarifárias	Receitas não tarifárias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	7,60%	4%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISSQN	5%	-	-

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), correntes e diferidos, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes na data do balanço, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro contábil ajustado, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, quais foram constituídas levando-se em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável

Notas Explicativas



que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Os impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Concessionária requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas significativas:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável

Notas Explicativas



é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos:

Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Concessionária.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis, administrativos e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, administrativas e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7).

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o Pronunciamento CPC 09 (R1) – Demonstração do valor adicionado.

2.17 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, investimentos, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16 substituída pela Resolução CVM 76/22.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.18 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído, para fins de uso, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.19 Contrato de concessão – ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

2.20 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

2.20.1 Normas emitidas e não vigentes:

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros – Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 (R1) – Vigente a partir de janeiro de 2026. Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 (CPC 48 – Instrumentos Financeiros) e ao IFRS 7 (CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros - Evidenciação) para abordar a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Concessionária.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras – Vigente a partir de 1º janeiro de 2027. Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 que substitui a IAS 1 (CPC 26 (R1)). A nova norma mantém muitos dos requisitos das IAS 1 (CPC 26 (R1)) e os complementa com novos requisitos. Alguns dos requisitos da IAS 1 (CPC 26 (R1)) foram movidos para a IAS 8 (CPC23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e a IFRS 7 (CPC 40 (R1)) – Instrumentos Financeiros – Evidenciação. O IASB também fez pequenas alterações na IAS 7 (CPC03 (R2)) – Demonstração do Fluxo de Caixa e na IAS 33 (CPC 41 – Resultado por ação). A IFRS 18 exige a aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A Companhia está no processo de avaliação do impacto ao novo padrão.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública – Divulgação – Vigente a partir de 1º janeiro de 2027. Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e elas podem aplicar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais.

Notas Explicativas



Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Concessionária.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Objeto

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013);
- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014);
- FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016);
- FASE II – Investimentos em infraestrutura, demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual da Concessionária no período findo em 31 de dezembro de 2025).

Prazo de vigência

O contrato de concessão tem prazo inicial de 20 (vinte) anos, findos em julho de 2032. Podendo ser prorrogado por mais 5 anos. Em novembro de 2024, com a emissão do 11º termo aditivo ao contrato de concessão houve a prorrogação do prazo da concessão por 16 meses, findos em 23 de novembro de 2033 devidamente outorgado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), podendo ser prorrogado por mais três anos e seis meses.

Contribuição ao sistema

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 mil com parcelas anuais de R\$ 810.650 mil, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com os aditamentos ao contrato de concessão em 2017, 2020, 2023 e 2024 que alteraram o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017, decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Notas Explicativas



Bens integrantes da concessão

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

b) Direitos e deveres

Deveres gerais

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Investimentos

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

c) Remuneração da Concessionária

Receitas tarifárias

São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas não tarifárias

São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

d) Transferência da concessão e do controle societário

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

e) Utilização do complexo aeroportuário

Disposições gerais

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

Notas Explicativas



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	20.115	11.840
Aplicações em CDB e Fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	804.200	835.348
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	824.315	847.188

As aplicações financeiras são representadas por produtos diversificados que incluem CDB de curto prazo e fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais do Tesouro Nacional com remuneração média ponderada de 101,2% do CDI (102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024), investimentos de curto prazo e de alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	2.744.701	1.767.186
Conta Pagamento/ Reserva Outorga	2.744.701	1.767.186
Não circulante	222.256	167.882
Conta Reserva	222.256	167.882
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	2.966.957	1.935.068

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos. Os saldos nas contas reservas outorgas são destinados ao pagamento da Outorga fixa e variável.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 99,2% do CDI (95,1% do CDI em 31 de dezembro de 2024) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor os saldos das contas reservas: da conta pagamento, da conta outorga fixa e da conta outorga variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos contratos de financiamentos e de cessão fiduciária de direitos creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

Notas Explicativas



6. CONTAS A RECEBER

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	117.739	121.552
Armazenagem	34.131	29.573
	151.870	151.125
Contas a receber não tarifárias		
Receitas acessórias	240.567	225.741
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(57.804)	(87.224)
Total contas a receber	334.633	289.642
Circulante	325.913	279.920
Não circulante(*)	8.720	9.722

(*) montante correspondente a renegociação dos títulos em confissão de dívida.

Em 31 de dezembro de 2025, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de PECLD	Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	Saldo a vencer	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE DEZEMBRO DE 2025	334.633	(57.804)	308.900	17.716	4.933	3.663	1.782	1.388	1.262	52.793

	Total líquido de PECLD	Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	Saldo a vencer	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE DEZEMBRO DE 2024	289.642	(87.224)	285.111	20.503	6.888	4.274	3.043	2.403	2.959	51.685

Em 31 de dezembro 2025, a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 57.804 (R\$ 87.224 em 31 de dezembro de 2024).

Movimentação na perda estimada com crédito de liquidação duvidosa:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do período/exercício	(87.224)	(120.083)
Constituição/Reversão	23.781	32.051
Baixa para perdas	5.639	808
Saldo no fim do período	(57.804)	(87.224)

A Concessionária avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não através das perdas incorridas e avaliação financeira pelo método de perdas esperadas. Após identificação de utilização do critério de perdas estimadas, a Concessionária aplica o percentual de provisão estabelecida para cada faixa de *aging*.

Em 31 de outubro de 2023, a Southrock Capital Ltda, à época, na qualidade de detentora das marcas Starbucks, Subway, Brazil Airport Restaurantes entre outras do setor de alimentos e bebidas ingressou com o pedido de recuperação judicial junto à Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, (local onde estão concentradas as principais atividades, administração e o patrimônio da empresa), a fim de proteger o seu interesse privado e garantir a continuidade de sua atividade empresarial. Em 31 de março de 2025, foi proferida decisão homologando o PRJ (Plano de Recuperação Judicial) apresentado pela Southrock. Em 22 de abril de 2025, a Concessionária confirmou sua opção por se tornar credora estratégica, garantindo o seu enquadramento como um dos “Credores Estratégicos Locadores”, com a finalidade de receber seu crédito com melhores condições.

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	29.379	33.567
IRPJ e CSLL - antecipações e impostos retidos	3.456	24.869
Total dos impostos a recuperar - circulante	32.835	58.436
PIS e COFINS - não circulante	294.248	288.372
Total	327.083	346.808

O montante de PIS e COFINS apresentado em impostos a recuperar é composto em sua maioria pelos créditos das contribuições sobre os investimentos, os quais são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCPC 05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão.

O montante de IRPJ e CSLL apresentado em impostos a recuperar em 31 de dezembro de 2024 refere-se em sua maioria ao IRRF sobre os rendimentos de aplicação financeira.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, em conformidade com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12) e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.414.017	1.368.770
Total	1.414.017	1.368.770
Passivo diferido		
Outorga fiscal e margem de construção (*)	(304.789)	(343.258)
AVP outorga fiscal e reequilíbrio	86.303	43.609
Arrendamentos	(1.293)	(1.519)
Total	(219.779)	(301.168)
Saldo ativo diferido líquido	1.194.238	1.067.602

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14.

Movimentação do saldo do ativo diferido:

	<u>31/12/2024</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>31/12/2025</u>
IRPJ e CSLL ativo diferido	1.368.770	159.026	(113.779)	1.414.017

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>
2026	84.995
2027	84.662
2028 a 2033	1.244.360
	1.414.017

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

Conciliação entre imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal e efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Notas Explicativas



c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social		
Lucro/Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	901.929	(49.452)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(306.656)	16.814
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício		
Diferenças permanentes	(2.458)	(2.379)
Incentivos fiscais (*)	6.223	-
Imposto de renda e contribuição social diferido constituído/não constituído	172.792	61.240
Total dos impostos no resultado - diferido	(130.099)	75.675
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(259.238)	(32.690)
Diferido	129.139	108.365
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	-14%	-153%

(*) Os incentivos fiscais referem-se ao patrocínio a projetos culturais e esportivos.

O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2025 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.170.293 (R\$ 1.340.621 em 31 de dezembro de 2024).

d) Impostos a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos sobre receita		
PIS e COFINS	45.421	28.127
ISSQN	10.790	9.557
	56.211	37.684
Impostos retidos sobre serviços	12.477	7.341
Impostos sobre o lucro	31.283	-
Circulante	99.971	45.025

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

Notas Explicativas



A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2025		
			Ativo Circulante	Passivo circulante	Resultado
INFRAERO (i)	Prestação de serviços de capacitação técnica	Acionista direto	-	14	-
INVEPAR (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU e cessão de espaço	Acionista indireto	10	521	119
			10	535	119
Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2024		
			Ativo Circulante	Passivo circulante	Resultado
INVEPAR (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU e cessão de espaço	Acionista indireto	10	521	116
			10	521	116

a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) O passivo com o acionista direto INFRAERO em 2025, decorre de gastos com serviço de capacitação técnica, por meio da realização do curso “Introdução à Emergência Aeroportuária”, aderência direta às exigências normativas aplicáveis à segurança operacional, em especial às disposições da RBAC nº 153.
- (ii) O passivo com o acionista indireto INVEPAR decorre de gastos com funcionários cedidos à Concessionária. O ativo com o acionista indireto INVEPAR decorre de cessão de espaço.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o período foi a seguinte:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Remuneração Fixa	Outros	* Total	Remuneração Fixa	Outros	Total
Diretores	6.006	2.415	8.421	5.391	1.964	7.355
Conselho de administração e fiscal	1.685	337	2.022	1.406	283	1.689
Total	7.691	2.752	10.443	6.797	2.247	9.044

* Contempla encargos aproximados de 15%.

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2025 para o exercício de 2025, é de R\$ 9.625 (Não contempla valor de encargos).

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 3.514 (R\$ 3.533 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas



9. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Custo						
Software		28.980	-	-	195	29.175
Outorga fixa - concessão		15.377.645	145.451	-	-	15.523.096
Investimento para concessão		4.541.423	6.505	(1.366)	38.172	4.584.734
Em andamento		322.066	319.642	(25)	(38.367)	603.316
Total		20.270.114	471.598	(1.391)	-	20.740.321
Amortização acumulada						
Software	20%	(25.729)	(1.284)	-	-	(27.013)
Outorga fixa - concessão	(a)	(7.441.933)	(772.033)	-	-	(8.213.966)
Investimento para concessão	(a)	(2.343.238)	(225.539)	495	-	(2.568.282)
Total		(9.810.900)	(998.856)	495	-	(10.809.261)
Intangível líquido		10.459.214	(527.258)	(896)	-	9.931.060

a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Custo						
Software		26.823	-	-	2.157	28.980
Outorga fixa - concessão		15.266.888	110.757	-	-	15.377.645
Investimento para concessão		4.475.367	5.785	(7.957)	68.228	4.541.423
Em andamento		321.754	70.697	-	(70.385)	322.066
Total		20.090.832	187.239	(7.957)	-	20.270.114
Amortização acumulada						
Software	20%	(24.362)	(1.367)	-	-	(25.729)
Outorga fixa - concessão	(a)	(6.604.704)	(837.229)	-	-	(7.441.933)
Investimento para concessão	(a)	(2.069.552)	(277.660)	3.974	-	(2.343.238)
Total		(8.698.618)	(1.116.256)	3.974	-	(9.810.900)
Intangível líquido		11.392.214	(929.017)	(3.983)	-	10.459.214

a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente a finalização de cada fase.

Em 17 de dezembro de 2024, foi formalizado o 11º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos, autorizando a extensão do prazo contratual por 16 meses, estendendo o prazo de amortização do intangível. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota Explicativa nº 12.

As adições no exercício referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização da atualização monetária da outorga fixa de R\$ 145.451.

Notas Explicativas



O saldo apresentado em andamento refere-se principalmente ao projeto APM, da elaboração do projeto, construção, operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *people mover*, entre a estação Aeroporto, linha 13 – Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP. O projeto denominado APM – *Automated People Mover* (AeroGRU) terá o investimento relativo à elaboração do projeto e construção em seu valor original de R\$ 376.058, porém atualizado pelo índice INCC-DI apurado de dezembro de 2019 a fevereiro de 2022 correspondente ao total de R\$ 470.971.

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por redução ao valor recuperável

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para o período até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2026 até 23 de novembro de 2033 (previsão de término do contrato de concessão).



10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2024	Juros incorridos	Pagamento		Saldo final 31/12/2025
							principal	juros	
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	T JLP	2,88%	952.528	89.760	(293.279)	(70.559)	678.450
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	T JLP	0,00%	1.551	169	(489)	(138)	1.093
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	T JLP	3,40%	414.149	40.978	(126.900)	(32.467)	295.760
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	2.391	178	(2.461)	(108)	-
Total					1.370.619	131.085	(423.129)	(103.272)	975.303
Parcela do circulante					422.942				468.405
Parcela do não circulante					947.677				506.898

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2023	Juros incorridos	Pagamento		Saldo final 31/12/2024
							principal	juros	
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	T JLP	2,88%	1.209.442	100.965	(264.901)	(92.978)	952.528
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	T JLP	0,00%	1.993	156	(443)	(155)	1.551
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	T JLP	3,40%	524.726	46.171	(114.074)	(42.674)	414.149
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	4.920	763	(2.963)	(329)	2.391
Total					1.741.081	148.055	(382.381)	(136.136)	1.370.619
Parcela do circulante					386.297				422.942
Parcela do não circulante					1.354.784				947.677

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Notas Explicativas



Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

Vencimento

2027	506.898
	<u>506.898</u>

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) "subcrédito A" no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) "subcrédito B1" no valor de R\$ 435.000, (iii) "subcrédito B2" no valor de R\$ 487.000, e (iv) "subcrédito C" no valor de R\$ 17.300.

Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, cada um dos bancos, ficaram com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) "subcrédito A" no valor de R\$ 643.000; (ii) "subcrédito B1" no valor de R\$ 187.000; e (iii) "subcrédito B2" no valor de R\$ 209.000.

Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante a demanda.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debêntures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário que possuem as seguintes garantias e cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO);

Notas Explicativas



- A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando as contribuições fixa e variável; e
- Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Arrendamentos

Em 11 de fevereiro de 2019, a Concessionária firmou contrato de arrendamento com o Banco Daycoval para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário.

Em 28 de agosto de 2020, foi assinado o TRA - Termo de recebimento e aceitação do arrendamento celebrado junto ao Banco Daycoval. O montante foi classificado no intangível na rubrica de investimentos para concessão.

Em 28 de agosto de 2025, a Concessionária efetuou a liquidação da última parcela do arrendamento Mercantil junto ao Banco Daycoval.

11. DEBÊNTURES

1ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Resolução CVM 160, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será efetuada em 09 parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

Notas ExplicativasAmortização

	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em 15 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou integralmente as séries 1ª, 2ª, 3ª e 4ª da primeira emissão de debêntures, conforme previsto na escritura.

2ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Resolução CVM 160, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Série única</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026



Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2024	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2025
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	230.929	17.681	(230.563)	(18.047)	-	-
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	255.732	27.256	(39.349)	(16.720)	-	226.919
Custo com emissão				(959)	-	-	-	959	-
Total				485.702	44.937	(269.912)	(34.767)	959	226.919
Parcela do circulante				302.595					226.919
Parcela do não circulante				183.107					-

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2023	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2024
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	258.903	30.996	(38.749)	(20.221)	-	230.929
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	286.800	31.728	(44.016)	(18.780)	-	255.732
Custo com emissão				(1.920)	-	-	-	961	(959)
Total				543.783	62.724	(82.765)	(39.001)	961	485.702
Parcela do circulante				146.968					302.595
Parcela do não circulante				396.815					183.107

Notas Explicativas



Em 31 de dezembro de 2025, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures foram totalmente liquidados (R\$ 959 em 31 de dezembro de 2024).

Até 31 de dezembro de 2025, a Concessionária realizou o pagamento de amortização do principal e dos juros das debêntures, conforme abaixo:

Pagamento	1º Emissão				2º Emissão	Total
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Série única	
Principal	56.884	57.598	57.823	58.258	39.349	269.912
Juros	4.471	4.059	4.957	4.560	16.720	34.767

Garantias e cláusulas restritivas financeiras (Vide Nota Explicativa nº 10).

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo inicial 31/12/2024	Adições	Atualização(a)		Transf.	Compensação	Pagamento	Saldo final 31/12/2025
			Resultado	Intangível				
Outorga variável	371.033	442.324	-	-	-	-	(371.033)	442.324
Outorga fixa	1.665.482	-	148.163	15.965	1.000.485	(199.692)	(890.610)	1.739.793
(-) Reequilíbrio	(18.785)	(178.470)	(2.402)	-	(20.420)	199.692	-	(20.385)
Circulante	2.017.730	263.854	145.761	15.965	980.065	-	(1.261.643)	2.161.732
Outorga fixa	13.779.689	-	1.201.650	129.486	(1.000.485)	-	-	14.110.340
(-) Reequilíbrio	(74.046)	-	(8.395)	-	20.420	-	-	(62.021)
Não circulante	13.705.643	-	1.193.255	129.486	(980.065)	-	-	14.048.319
Total	15.723.373	263.854	1.339.016	145.451	-	-	(1.261.643)	16.210.051

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

Objeto	Saldo inicial 31/12/2023	Adições	Atualização(a)		Transf.	Compensação	Pagamento	Saldo final 31/12/2024
			Resultado	Intangível				
Outorga variável	319.587	371.033	-	-	-	-	(319.587)	371.033
Outorga fixa	1.588.096	-	148.225	11.943	749.958	7.627	(840.367)	1.665.482
(-) Reequilíbrio	5.464	192	1.971	-	(18.785)	(7.627)	-	(18.785)
Circulante	1.913.147	371.225	150.196	11.943	731.173	-	(1.159.954)	2.017.730
Outorga fixa	13.204.463	-	1.226.370	98.814	(749.958)	-	-	13.779.689
(-) Reequilíbrio	(84.390)	-	(8.441)	-	18.785	-	-	(74.046)
Não circulante	13.120.073	-	1.217.929	98.814	(731.173)	-	-	13.705.643
Total	15.033.220	371.225	1.368.125	110.757	-	-	(1.159.954)	15.723.373

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

Outorga fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a orientação técnica OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-

Notas Explicativas



IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Repactuação da outorga fixa

Repactuação – Termo aditivo nº 006/2020

As alterações promovidas pela Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020, preveem nos artigos 1º e 2º a postergação dos pagamentos das outorgas para 18 de dezembro, em virtude dos impactos causados pela pandemia do COVID 19. Mediante esta alteração, a Concessionária em 17 de dezembro de 2020, assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), termo aditivo ao contrato de concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma:

- Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

Repactuação - Termo aditivo nº 010/2023

Em 04 de agosto de 2023, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) o 10º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos que reprogramou os pagamentos das outorgas fixas, da seguinte forma:

- Pagamento do saldo residual de 50% da contribuição fixa de 2021 junto com as parcelas de 2027, 2028 e 2029;
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2025, 2026 e 2027 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano; e
- Alteração no fluxo de pagamento das contribuições fixas de 2021 e 2022.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 04 de agosto de 2023.

Repactuação - Termo aditivo nº 011/2024

Em 17 de dezembro de 2024, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) o 11º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos que prevê a extensão do prazo da vigência do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos por mais 16 meses, em contrapartida à realização de R\$ 1,4 bilhão em investimentos, dentre outras disposições.

Notas Explicativas

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 19 de dezembro de 2024.

Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. Em maio de 2025, a Concessionária pagou o montante correspondente a R\$ 371.033, referente a parcela da outorga variável de 2024.

Reequilíbrio econômico financeiro – Cargas Importadas em trânsito

(Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016)

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à Infraero no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou a 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor o seu equilíbrio econômico financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela a seguir:

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Notas Explicativas



Os valores estabelecidos na tabela serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

Em 18 de agosto de 2021, por meio da Decisão nº 398 da ANAC foi realizada a revisão extraordinária da Decisão 191 da ANAC, na qual foram analisadas detidamente as informações e os impactos da tributação sobre o valor dessa recomposição contratual. Concluiu-se que o reequilíbrio devido até o final da concessão aumentou em R\$ 56.738 passando o saldo remanescente a ser de R\$ 145.806, a valores de março de 2021.

Reequilíbrio econômico financeiro – Novas exigências para alfandegamento.

(Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020)

Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento “Novas exigências para alfandegamento”. A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 06 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandegamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá a valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Notas Explicativas

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	930
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	304
Total	18.968

Reequilíbrio econômico financeiro – COVID-19

Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão.

(Decisão nº 642 da ANAC de 07 de dezembro de 2023)

O valor do desequilíbrio verificado em 2023, corresponde ao montante de R\$ 44.395, a valores de 18 de dezembro de 2023, o montante foi compensado com a parcela da outorga fixa a pagar de 2023 com vencimento em 18 de dezembro de 2023. Em agosto de 2024, após a revisão e aprovação do fluxo de caixa marginal pela agência, conclui-se que a Concessionária deve devolver o montante de R\$ 23.505 para a data-base de dezembro de 2023. O montante foi atualizado e pago junto a parcela da outorga fixa em 18 de dezembro de 2024.

Reequilíbrio econômico financeiro – Controle Migratório

Em razão de novas exigências por legislação superveniente advindas da Portaria nº 15.205-DG/PF, de 30 de junho de 2021, que diz respeito à necessidade de fornecimento de pessoal habilitado para a operação de cabines de migração individualizadas, a partir de 1º de junho de 2024, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão.

(Decisão nº 729 da ANAC de 11 de dezembro de 2025)

O valor do desequilíbrio verificado em 2025, corresponde ao montante de R\$ 50.764, a valores de 18 de dezembro de 2025, o montante foi compensado com a parcela da outorga fixa a pagar de 2025 com vencimento em 18 de dezembro de 2025.

Reequilíbrio econômico financeiro – Tarifas de Armazenagem de Cargas

Em razão dos prejuízos causados pela ausência de reajuste das faixas de cobrança das tarifas de Armazenagem e Capatazia de Cargas Importadas de Alto Valor Específico constantes da tabela 11 do Anexo 4 – Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 – SBGR no período compreendido entre 10 de fevereiro de 2020 até a entrada em vigor da Portaria nº 14.824/SRA/2024, de 17 de junho de 2024, que atualizou as faixas de cobrança da Tabela 11, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão.

(Decisão nº 732 da ANAC de 12 de dezembro de 2025)

O valor do desequilíbrio verificado corresponde a R\$ 127.704, a valores de 18 de outubro de 2025, o montante foi atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal até o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa, o montante de R\$ 128.810 foi compensado com a parcela da outorga fixa a pagar de 2025 com vencimento em 18 de dezembro de 2025.

13. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em processos administrativos e ações judiciais perante órgãos públicos e tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias, administrativas, cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	31/12/2024	Provisões	Reversões	Atualização	31/12/2025
Provisão para riscos					
Trabalhistas	20.313	6.180	(4.857)	1.712	23.348
Cíveis	7.775	4.687	(329)	690	12.823
Administrativos	369	-	(181)	24	212
Tributários	23.278	70	(23.266)	12	94
Total	51.735	10.937	(28.633)	2.438	36.477

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Em 2017, a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ajuizou ação de repetição de indébito, fundamentada na jurisprudência à época, que entendia pela exclusão de ICMS sobre os encargos setoriais de transmissão e distribuição de energia elétrica (TUST/ TUSD), tendo sido proferida sentença integralmente favorável à Concessionária. No entanto, diante da decisão desfavorável do STJ sobre a matéria, a Concessionária provisionou em 2024 o valor de R\$ 23.267 mil, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Contudo, diante da inércia da Fazenda Pública que não recorreu da decisão e tampouco se opôs ao levantamento pela Concessionária do valor depositado, referida sentença favorável à Concessionária transitou em julgado, tornando-se definitiva nesta em 2025. Diante disso, a Companhia procedeu à reversão do valor anteriormente provisionado, bem como dos depósitos judiciais correspondentes.

Notas Explicativas**Riscos possíveis - Valores não provisionados**

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para riscos		
Tributários (a)	1.103.706	1.007.459
Cíveis (b)	274.000	236.845
Administrativo (c)	53.223	48.295
Trabalhistas (d)	12.062	14.840
Total	1.442.991	1.307.439

a) Riscos tributários

Existem Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que nesta data encontram-se com a exigibilidade suspensa e, ainda, lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) dos anos de 2013 a 2025, também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos, já impugnados, e com decisões desfavoráveis com relação aos anos de 2013 a 2023, sendo que para o lançamento de 2024 e 2025 ainda não houve decisão administrativa. No que diz respeito aos anos de 2013 a 2023, foi impetrado Mandado de Segurança que com a pretensão de obter a nulidade dos julgamentos administrativos. No âmbito desse processo, foi proferida decisão favorável à Concessionária, declarando a nulidade das decisões administrativas e garantindo o direito a um novo julgamento dos recursos administrativos. Contudo, até o presente momento, esse rejuízo ainda não ocorreu. Caso a cobrança seja definitivamente declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto a ANAC.

b) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem/carga ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas. Os principais processos estão relacionados a ações indenizatórias que buscam o reconhecimento de responsabilidade civil da Concessionária, decorrentes de discussões contratuais e por supostos inadimplementos, ainda sem decisão definitiva.

c) Riscos Administrativos

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, Anvisa, Ipem-SP/Inmetro, Prefeitura do Município de Guarulhos, Receita Federal do Brasil, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo da ação. Em dezembro de 2024, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou um Auto de Infração devido a supostas falhas de informação na entrega intermediária de mercadorias importadas. O auto de infração foi impugnado e aguarda decisão de primeira instância administrativa.

d) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista, cujos objetos importam, em sua maioria, pedidos de condenação subsidiária decorrentes de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 87% do total das contingências. Quando há o reconhecimento da responsabilidade subsidiária e consequente redirecionamento da execução para a Concessionária, discute-se o benefício de ordem para pagamento de condenações.

e) Depósitos recursais e judiciais

Em 31 de dezembro de 2025, a Concessionária possuía R\$ 24.078 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 35.085 em 31 de dezembro de 2024).

14. RECEITA DIFERIDA

	Saldo inicial 31/12/2024	Adição	Apropriação	T ransferência	Saldo final 31/12/2025
Cessão de espaço	48.957	-	(48.959)	48.377	48.375
Reequilíbrio	14.371	-	(14.784)	15.352	14.939
Circulante	63.328	-	(63.743)	63.729	63.314
Cessão de espaço	286.769	38	-	(48.377)	238.430
Reequilíbrio	50.847	-	4.393	(15.352)	39.888
Não Circulante	337.616	38	4.393	(63.729)	278.318
	400.944	38	(59.350)	-	341.632

	Saldo inicial 31/12/2023	Adição	Apropriação	T ransferência	Saldo final 31/12/2024
Cessão de espaço	47.640	-	(48.832)	50.149	48.957
Reequilíbrio	14.618	-	(14.618)	14.371	14.371
Circulante	62.258	-	(63.450)	64.520	63.328
Cessão de espaço	320.426	16.492	-	(50.149)	286.769
Reequilíbrio	61.572	-	3.646	(14.371)	50.847
Não Circulante	381.998	16.492	3.646	(64.520)	337.616
	444.256	16.492	(59.804)	-	400.944

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2024, era R\$ 2.624.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	31/12/2025		
	Capital	Ações ordinárias	%
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	1.338.525	1.547.106.254	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	1.286.033	1.486.435.421	49
Total	2.624.558	3.033.541.675	100

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do período, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta tarifária		
Receita de aeronave e passageiros	1.254.722	1.135.115
Receita de armazenagem e capatazia	1.094.713	894.934
Total da receita operacional bruta tarifária	2.349.435	2.030.049
Receita operacional bruta não tarifária		
Receitas acessórias	1.990.413	1.720.472
Total da receita operacional bruta não tarifária	1.990.413	1.720.472
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	4.339.848	3.750.521
Deduções da receita bruta	(560.182)	(489.616)
Impostos sobre receita	(519.065)	(449.421)
Outras deduções	(41.117)	(40.195)
Receitas líquidas de serviços tarifários e não tarifários	3.779.666	3.260.905
Receita de construção	38.385	70.386
Receita operacional líquida	3.818.051	3.331.291

Notas Explicativas



17. CUSTOS E DESPESAS

	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização	(999.042)	(1.116.449)
Outorga variável	(435.025)	(364.911)
Serviços de terceiros	(250.821)	(156.797)
Pessoal e encargos	(154.337)	(133.694)
Conservação e manutenção	(118.476)	(112.776)
Energia elétrica	(55.416)	(64.402)
Custo de construção	(38.385)	(70.386)
Consultoria e assessoria	(21.547)	(13.462)
Aluguéis e impostos	(17.457)	(12.151)
Seguros e garantias	(8.725)	(8.890)
Outros	(5.363)	1.227
Contingências	7.899	(25.636)
PECLD	29.420	32.859
Reequilíbrios econômicos financeiro	171.029	9.444
	<u>(1.896.246)</u>	<u>(2.036.024)</u>
Custo dos serviços prestados	(1.923.972)	(1.865.591)
Despesas gerais e administrativas	(111.817)	(113.416)
Custo de construção	(38.385)	(70.386)
Outras receitas e despesas	177.928	13.369
	<u>(1.896.246)</u>	<u>(2.036.024)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2025	31/12/2024
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	509.576	265.950
Outras receitas financeiras	24.690	19.627
Total	<u>534.266</u>	<u>285.577</u>
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa	(1.349.813)	(1.374.595)
Juros sobre empréstimos	(131.085)	(148.055)
Juros sobre debêntures	(44.937)	(62.724)
Outros	(28.307)	(44.922)
Total	<u>(1.554.142)</u>	<u>(1.630.296)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(1.019.876)</u>	<u>(1.344.719)</u>

19. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações financeiras. As informações financeiras são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Em 2025 a Concessionária apresentou receitas provenientes da transação com um único cliente igual a 13,2% de seu faturamento.

Por operar um único segmento “concessão aeroportuária”, a Administração concluiu e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

20. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - das disposições transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

21. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2025, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantem continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil aeroportuário, seguro de riscos operacionais, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao aeroporto). As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas



	Moeda	R\$ MIL Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
			Início	Fim	
Riscos operacionais	BRL	1.773.349	mai/25	mai/26	Tokio Marine
Garantia de obrigações públicas	BRL	936.207	jun/25	jun/26	Junto
D&O*	BRL	100.000	mai/25	mai/26	Berkley International
Aeronautico - Drones	BRL	2.000	nov/25	nov/26	Mapfre
Seguro de frota	BRL	600	mai/25	mai/26	Porto
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	USD	500.000	dez/25	dez/26	Starr International

*A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do grupo INVEPAR.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2025 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, investimentos, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Notas Explicativas



Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros		31/12/2025		
	Nível	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	824.315	-	824.315
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	2.966.957	-	2.966.957
Investimento	Nível 2	16.278	-	16.278
Contas a receber		-	334.633	334.633
Partes relacionadas		-	10	10
Total do ativo		3.807.550	334.643	4.142.193
Passivos				
Fornecedores		-	137.423	137.423
Partes relacionadas		-	535	535
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil		-	975.303	975.303
Debêntures		-	226.919	226.919
Concessão de serviço público		-	16.210.051	16.210.051
Outros passivos - Investimento		-	16.278	16.278
Total do passivo		-	17.566.509	17.566.509

Instrumentos financeiros		31/12/2024		
	Nível	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	847.188	-	847.188
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1.935.068	-	1.935.068
Investimento	Nível 2	16.278	-	16.278
Contas a receber		-	289.642	289.642
Partes relacionadas		-	10	10
Total do ativo		2.798.534	289.652	3.088.186
Passivos				
Fornecedores		-	85.865	85.865
Partes relacionadas		-	521	521
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil		-	1.370.619	1.370.619
Debêntures (*)		-	486.661	486.661
Concessão de serviço público		-	15.723.373	15.723.373
Outros passivos - Investimento		-	16.278	16.278
Total do passivo		-	17.683.317	17.683.317

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Notas Explicativas



- Investimento

A Concessionária, no ano de 2024 firmou contrato de participação societária com a companhia Bioenergia Gasa na qual não detém controle. Esse investimento foi reconhecido pelo custo original e, posteriormente, avaliado ao valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

A debênture, em 31 de dezembro de 2025, apresentam valor de mercado de R\$ 220.653 (R\$ 462.725 em 31 de dezembro de 2024).

Fonte: B3

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

a) Fatores de riscos

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

- Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, na Nota explicativa nº 6.

- Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

Notas Explicativas



A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2025
Fornecedores	137.423	-	-	-	137.423
Empréstimos e financiamentos	468.405	506.898	-	-	975.303
Debêntures	226.919	-	-	-	226.919
Concessão de serviço público	1.739.792	5.419.559	5.894.485	9.518.916	22.572.752
	2.572.539	5.926.457	5.894.485	9.518.916	23.912.397

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2024
Fornecedores	85.865	-	-	-	85.865
Empréstimos e financiamentos	520.957	1.035.662	-	-	1.556.619
Debêntures	299.908	242.126	-	-	542.034
Concessão de serviço público	1.665.482	7.125.567	5.823.006	9.403.486	24.017.541
	2.572.212	8.403.355	5.823.006	9.403.486	26.202.059

- **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço - que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos e equivalentes de caixa.

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros.

Decorre de a possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Na tabela a seguir, demonstramos o cenário provável sobre os ativos e passivos financeiros adotado pela Concessionária com base em projeções de indicadores do Banco Central do Brasil, principais instituições financeiras e nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, com os respectivos impactos nos resultados da variável do risco considerado.

Notas Explicativas



Ativo financeiro

Operação	31/12/2025	Risco/indexador	Cenário provável
Caixa e equivalentes de caixa (*)	824.315	CDI (% ao ano)	122.823
Aplicações financeiras vinculadas	2.966.957	CDI (% ao ano)	442.077
<u>Referência para ativos financeiros</u>			<u>Provável</u>
CDI (% ao ano)			14,90%

(*) O montante R\$ 804.200 corresponde a aplicações em fundos de investimento lastreados em títulos públicos.

Passivo financeiro

Operação	31/12/2025	Risco/indexador	Cenário provável
Empréstimos e financiamentos	975.303	TJLP (% ao ano)	88.460
Debêntures (*)	226.919	IPCA (% ao ano)	9.667
Concessão de serviço público	16.210.051	IPCA (% ao ano)	690.548
<u>Referência para passivos financeiros</u>			<u>Provável</u>
TJLP (% ao ano)			9,07%
CDI (% ao ano)			14,90%
IPCA (% ao ano)			4,26%

(*) Desconsidera o valor do custo de captação.

23. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	145.451	110.757
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	51.309	10.067
Compensação de outorga	199.692	19.051

24. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

Resultado básico e diluído por ação	31/12/2025	31/12/2024
Numerador		
Lucro do período atribuído aos acionistas da Concessionária	771.830	26.223
Denominador (em milhares de ações)	3.033.542	3.033.542
Resultado básico e diluído por ação - em reais	0,254	0,009

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
Guarulhos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, conforme aplicável a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa 9 – "Intangível", a Companhia possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 9.931.060 mil (R\$ 10.459.214 mil em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a administração realizou novo teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível com premissas atualizadas de 2025.

Esse tema foi considerado novamente como uma área crítica em nossa abordagem de auditoria durante 2025, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que fogem ao controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: (i) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo elaborado pela administração e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis; (ii) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral. Avaliamos também as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido e (iii) avaliamos o risco associado aos fluxos de caixa e seu impacto na taxa de desconto, analisando a razoabilidade das taxas aplicadas ao modelo preparado pela Companhia, incluindo a consistência matemática e a adequação das premissas utilizadas no seu cálculo.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um cenário menos favorável.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa 7 – “Impostos, taxas e contribuições” subitem (b), em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 1.414.017 mil (R\$ 1.368.770 mil em 31 de dezembro de 2024), provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudos realizados de projeção de geração de lucros tributáveis futuros.

Esse tema foi novamente considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria de 2025, devido à subjetividade e julgamento envolvidos na elaboração da estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, que consideram projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a suficiência da projeção de geração de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e bases negativas poderiam ser utilizados, incluindo as projeções operacionais, financeiras, dados macroeconômicos, do setor e de participantes de mercado, e efetuamos análise de sensibilidade das premissas mais significativas utilizadas. Envolvemos também os nossos especialistas em tributos para validação da razoabilidade da base de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e avaliação quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos das diferenças temporárias.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação do valor dos saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2026

Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda.
CRC 2 SP023701/O-8

Franciane Heloise Moraes Messias
Contadora CRC 1SP262973/O-6

Guilherme Marcio Santos Veloso
Contador CRC 1MG111976/O

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

1. O Conselho Fiscal da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 17 de março de 2026, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, e as respectivas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício, elaborados na forma da Lei nº. 6.404/76 e o correspondente Relatório dos Auditores Independentes emitido pela empresa de auditoria externa Forvis Mazars Auditores Independentes, todos relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2025.
2. O exame dos referidos documentos e informações acima mencionados foi completado por análises de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Concessionária.
3. Desta forma e com base nos trabalhos e nos esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e no seu Relatório, emitido sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela administração da Concessionária, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Concessionária e estão em condições de serem submetidos para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas que os examinará.

Guarulhos, 17 de março de 2026

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo nº 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria do GRU Airport declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório da Forvis Mazars Auditores Independentes e com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo nº 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório da Forvis Mazars Auditores Independentes, emitido em 20 de março de 2026, referente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.